

Evolução das Finanças Públicas dos Governos Regionais

Gráfico 1 – Governos regionais: superávit primário^{1/}
Acumulado em doze meses

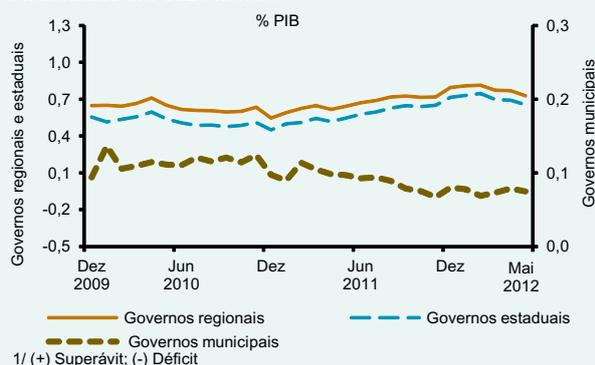


Gráfico 2 – Governos regionais: dívida líquida

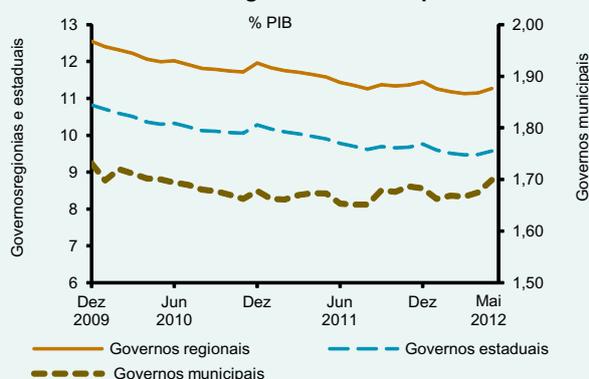
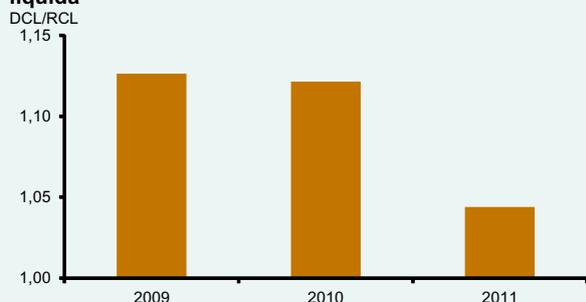


Gráfico 3 – Governos estaduais: relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

No Boletim Regional de julho de 2010, consta box sobre a evolução das finanças públicas dos governos regionais no período 2003/2009. Este box procura analisar a evolução recente, de dezembro de 2009 a maio de 2012, das finanças regionais, observando a trajetória do endividamento líquido e o comportamento dos gastos de custeio, de investimento e com o serviço da dívida.

O superávit primário dos governos regionais, acumulado nos últimos doze meses terminados em maio de 2012, totalizou 0,73% do Produto Interno Bruto (PIB), 0,08 p.p. acima do observado ao final de 2009, conforme gráfico 1. A relação entre a dívida líquida e o PIB atingiu 11,3% em 2011, redução de 1,28 p.p. comparativamente ao observado em 2009, gráfico 2. Essa evolução segue refletindo, especialmente, o impacto dos pagamentos das dívidas renegociadas nos acordos com a União, credora da maior parcela das dívidas regionais.

A relação entre a dívida consolidada líquida (DCL)^{1/} e a receita corrente líquida (RCL), utilizada como parâmetro para o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal, também apresentou trajetória descendente, conforme gráfico 3, atingindo 1,04 em 2011, ante 1,13 em 2009, dessa forma se mantendo abaixo do limite (2,0) fixado pelo Senado Federal. O gráfico 4 apresenta a relação DCL/RCL para todas as unidades da federação e evidencia que apenas no caso do estado do Rio Grande do Sul, a relação (igual a 2,14) se posiciona acima do limite, situação que também se verificava em 2009, quando alcançava 2,22. No período, houve redução na relação DCL/RCL em vinte das vinte e sete unidades

1/ O conceito de DCL encontra-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. Essa última estabeleceu prazo de quinze anos, a partir de sua publicação, para a adequação dos estados ao limite de endividamento.

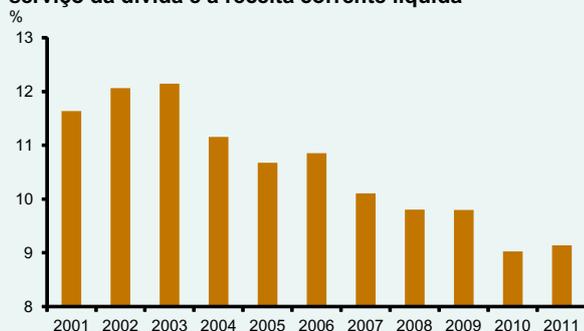
da federação, com destaque para as contrações em Roraima, no Paraná, em Goiás e em Alagoas.

Gráfico 4 – Governos estaduais: relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Gráfico 5 – Governos estaduais: relação entre o serviço da dívida e a receita corrente líquida

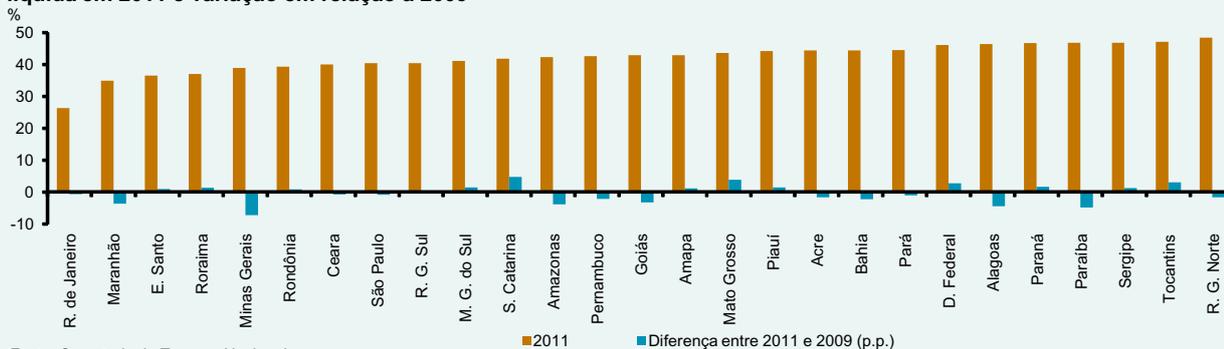


Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretarias de Fazenda dos estados

Relativamente às despesas com serviço da dívida, a evolução entre 2001 e 2011 evidencia a redução quando comparadas à RCL. Em termos consolidados, o maior valor na série anual ocorreu em 2003, 12,15%, declinando para 9,80% em 2009 e 9,14% em 2011, valor inferior ao limite estabelecido pelo Senado Federal, fixado em 11,5%² (Gráfico 5).

A evolução dos gastos dos estados com pessoal do poder executivo entre 2009 e 2011 mostra que, quando comparados à RCL, a proporção reduziu-se de 41,4% para 40,2% no período, patamar inferior ao limite de 49% previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Todos os estados encontravam-se enquadrados ao limite, em 2011, situação mais favorável do que a observada em 2009, quando três ainda não atendiam a exigência (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Poder executivo dos governos estaduais: relação entre despesas com pessoal e receita corrente líquida em 2011 e variação em relação à 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Relativamente a investimentos estaduais, a proporção desses gastos e o PIB nacional aumentou entre 2007 e 2010, de 0,7% para 1,3%. Em 2011,

2/ Resolução nº 43/2001.

a citada relação situou-se em 0,9%, 0,2 p.p. acima do valor registrado em 2007.

Gráfico 7 – Governos estaduais e de capitais: despesas correntes e de investimentos

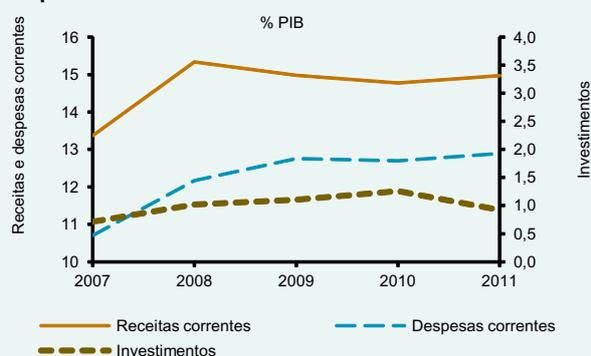


Gráfico 8 – Governos estaduais e de capitais: despesas correntes e de investimentos

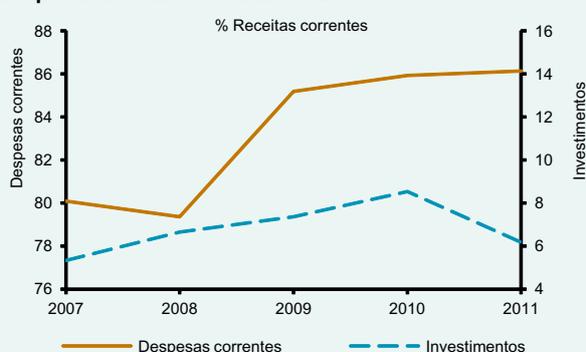


Tabela 1 – Governos regionais: composição da dívida líquida

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 ^{1/} |
|---|-------|-------|-------|--------------------|
| Composição da dívida líquida (R\$ bilhões) | | | | |
| Renegociação com a União | 414 | 450 | 469 | 474 |
| Dívida bancária | 19 | 26 | 31 | 31 |
| Dívida externa | 16 | 22 | 28 | 33 |
| Créditos | -43 | -47 | -53 | -57 |
| Total | 406 | 451 | 474 | 481 |
| Composição da dívida líquida (Part. percentual - %) | | | | |
| Renegociação com a União | 101,8 | 99,8 | 98,8 | 98,6 |
| Dívida bancária | 4,7 | 5,7 | 6,4 | 6,4 |
| Dívida externa | 4,0 | 4,9 | 6,0 | 6,8 |
| Créditos | -10,5 | -10,4 | -11,2 | -11,8 |

1/ Posição de maio.

Por seu lado, as despesas correntes, que incluem gastos com pessoal, aumentaram 2,2 p.p. do PIB entre 2007 e 2011. Note-se ainda que, quando comparados às receitas correntes, os gastos com investimentos e as despesas correntes aumentaram 0,9 p.p. e 6,1 p.p., respectivamente, entre 2007 e 2011.

A trajetória descendente do endividamento líquido total dos governos regionais, tanto em relação ao PIB quanto à RCL, reflete, em especial, a redução das dívidas renegociadas com a União. Nesse contexto, observa-se paulatina mudança no perfil de endividamento, ver tabela 1. De fato, a participação da dívida bancária na dívida líquida total passou de 4,7% em 2009 para 6,4% em maio de 2012, e a da dívida externa, de 4,0% para 6,8%, enquanto as renegociações com a União se deslocaram de 101,8% para 98,6%³.

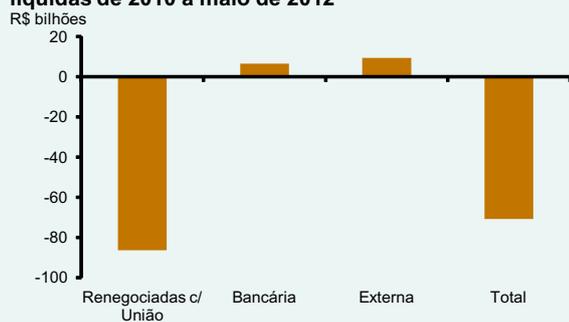
Em relação à dívida bancária, a análise por regiões⁴, conforme tabela 2, revela que o maior crescimento, no período analisado, deu-se no Centro Oeste, com aumento de 343,7%, seguindo-se Nordeste, 91,5%, e Norte, 73,7%.

As finanças dos governos apresentam dinâmica favorável nos últimos anos, com tendência de recuo do endividamento líquido total. Essa evolução contempla mudança no perfil do endividamento, com a contratação de novos financiamentos junto à rede bancária e organismos internacionais, ao mesmo tempo em que diminuiu a participação relativa das obrigações junto ao Governo Federal. Esse novo perfil indica maior confiança, por parte dos credores, na capacidade de pagamento desses governos e na manutenção da sustentabilidade fiscal. Destaque-se ainda que, por um lado, houve redução da participação dos gastos com o serviço da dívida no total da receita dos governos regionais e, por outro, crescimento da participação dos dispêndios de custeio e, em menor escala, dos gastos com investimentos.

3/ As contratações líquidas de dívida bancária no período alcançaram R\$6,6 bilhões, e de dívida externa, R\$9,5 bilhões.

4/ Considerados os estados e uma amostra de 396 municípios, distribuídos entre todos os estados.

Gráfico 9 – Governos regionais: liberações líquidas de 2010 a maio de 2012



(-) Pagamentos líquidos

Tabela 2 – Dívida bancária dos governos regionais por região^{1/}

| | 2009 (A) | 2011 (B) | (B/A) % |
|---------------------|----------|----------|---------|
| Região Norte | 3 320 | 5 766 | 73,7 |
| Região Nordeste | 5 383 | 10 309 | 91,5 |
| Região Centro-Oeste | 796 | 3 530 | 343,7 |
| Região Sudeste | 6 647 | 9 484 | 42,7 |
| Região Sul | 2 347 | 3 757 | 60,1 |

^{1/} Inclui os governos estaduais e seus principais municípios.